



sistema de informação • áreas urbanas de génese ilegal

Submetido em [si.AUGI](http://siaugi.dgterritorio.gov.pt) (<http://siaugi.dgterritorio.gov.pt>)

[Início](#) > AUGI > [AUGI Lisboa e Vale do Tejo](#) > [Resultados Webform](#) > AUGI Lisboa e Vale do Tejo

— Informação sobre o envio —

Formulário: [AUGI Lisboa e Vale do Tejo](#) [1]

Enviado por [Mafalda Sousa d...](#) [2]

18/02/2019

88.157.203.197

## A. Informação fornecida pela Câmara Municipal

1. Identificação e delimitação da AUGI em reconversão

— A —

**1.1 Designação**

Bairro Cova da Pia

**1.2 Município**

ODIVELAS

**1.3 Freguesia**

União de freguesias de Ramada e Caneças

— B —

**1.4 Área da AUGI**

2,86 ha

**1.5 Área do processo de reconversão**

2,86 ha

**1.6 Anexada a delimitação cartográfica**

Cova da Pia.zip [3]

C

**1.7 Data da Delimitação pela CM**

30/10/2002

**1.8 Data do pedido de alteração de delimitação****1.9 Data da aprovação da alteração da delimitação**

## Página 2

**2. Tipo de AUGI delimitada**

A. Tipificação da AUGI de acordo com os n.<sup>o</sup> 2 e 3 do artigo 1.<sup>º</sup> da Lei das AUGI

**Tipo de AUGI**

2.1 AUGI resultante de prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 400/84, de 31 de dezembro

B. Se no quadro 2-A foi selecionado o campo 2.01, indicar o caso aplicável à data da delimitação da AUGI

**Área da AUGI totalmente classificada como espaço urbano ou urbanizável, nos respetivos planos territoriais (à data da delimitação da AUGI)**

2.3 Área da AUGI estava totalmente classificada como espaço urbano ou urbanizável, nos respetivos planos territoriais (à data da delimitação da AUGI).

D

**Indicar se a reconversão da AUGI inclui qualquer tipo de transformação fundiária**

2.9 Sim

3. PMOT adaptados com fundamento na reconversão da AUGI

A

**Os índices urbanísticos e as tipologias de ocupação da proposta de reconversão são/eram diversos dos definidos pelos planos territoriais em vigor (à data da proposta de reconversão)?**

3.1 Sim

B

**A CM já procedeu à alteração por adaptação dos planos territoriais nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do RJ-AUGI?**

3.4 Não

E. Indicar se a reconversão da AUGI depende de entrada em vigor de PU ou PP abrangendo o conjunto da AUGI

**3.11 A AUGI depende da entrada em vigor de PU ou PP**

**3.12 Designação do plano territorial**

PMOT de Tipologia ainda não definida

**3.13 Data da publicação do plano em Diário da República (se já publicado)**

4. Serviços administrativos, restrições de utilidade pública e riscos

— A —

**A área da AUGI era abrangida por SRUP à data da delimitação?**

4.1 Sim

— B —

**A reconversão da AUGI implica/implicou a desafetação de áreas abrangidas por restrições ou serviços?**

4.3 Sim

**4.5 Quais as restrições e/ou serviços que carecem/careceram de desafetação?**

Reserva Ecológica Nacional

**4.6 A área total afetada por serviços administrativos e restrições de utilidade pública**

25905,00 m<sup>2</sup>

**As áreas abrangidas por restrições ou serviços já foram desafetadas?**

4.10 Ainda não iniciada

**4.11 Data da situação indicada**

28/01/2016

— D —

**A área da AUGI era/é abrangida por áreas de risco?**

4.14 Sim

**4.16 Riscos naturais**

Geológico-geotécnico

**4.17 Área da AUGI abrangida por riscos naturais**

19508,00 m<sup>2</sup>

**4.18 Riscos antrópicos**

Não existem

**4.19 Área da AUGI abrangida por riscos antrópicos**

0,00 m<sup>2</sup>

**A reconversão da AUGI esteve/está dependente da resolução de problemas específicos respeitante a prevenção de riscos**

4.20 Sim

**4.22 Descrever, clara e sucintamente, as situações relacionadas com os riscos identificados em 4.16 ou 4.18 que atualmente ainda impedem a reconversão da AUGI**

A reconversão da AUGI depende da prévia avaliação da viabilidade da operação urbanística relativamente ao risco geológico-geotécnico identificado na planta de ordenamento do PDM, pressupondo a realização de estudo geológico-geotécnico, ainda não iniciado.

## Página 3

— 5. Modalidade de reconversão urbanística —

— A —

**Instrumento ou modalidade de reconversão**

5.1 Operação de Loteamento da iniciativa dos proprietários ou comproprietários

**Indicar se a modalidade de reconversão fixada inicialmente pela Câmara Municipal foi alterada nos termos do artigo 35.º**

5.6 Não

B

**Licenciamento da operação de loteamento**

5.7 Não iniciado

## Página 4

6. Quantificação da AUGI original e do projeto de reconversão

A

**Quantificação de frações de terreno da AUGI original e dos lotes da reconversão e área dos mesmos****Quantificação de frações de terreno da AUGI original e dos lotes da reconversão e área dos mesmos**

	I. Previstos na AUGI original	II. Levantamento da situação existente	III. Previstos na proposta de reconversão
6.01 N.º total frações de terreno/lotes	39		
6.02 N.º de frações de terreno/lotes destinadas a habitação	20		
6.03 N.º de frações de terreno/lotes destinadas a equipamento	0		

	<b>Quantificação de frações de terreno da AUGI original e dos lotes da reconversão e área dos mesmos</b>	<b>I. Previstos na AUGI original</b>	<b>II. Levantamento da situação existente</b>	<b>III. Previstos na proposta de reconversão</b>
-	6.04 N.º de frações de terreno/lotes destinadas a espaços verdes		0	
	6.05 N.º de frações de terreno/lotes destinadas a outros usos para além dos referidos em 6.02, 6.03 e 6.04		2	
	6.06 Área total das frações de terreno/lotes destinadas a habitação [m <sup>2</sup> ]			
	6.07 Área total das frações de terreno/lotes destinadas a equipamentos [m <sup>2</sup> ]			
	6.08 Área total das frações de terreno/lotes destinadas a espaços verdes [m <sup>2</sup> ]			
	6.09 Área total das frações de terreno/lotes destinadas a outros usos para além dos referidos em 6.06, 6.07 e 6.08 [m <sup>2</sup> ]			

B	<b>Quantificação de edifícios e frações autónomas</b>	<b>I. Previstos na AUGI original</b>	<b>II. Levantamento da situação existente</b>	<b>III. Previstos na proposta de reconversão</b>
-	<b>Quantificação de edifícios e frações autónomas</b>			
	6.10 N.º total de fogos habitacionais		31	
	6.11 - Habitação permanente		24	

<b>Quantificação de edifícios e frações autónomas</b>	<b>I. Previstos na AUGI original</b>	<b>II. Levantamento da situação existente</b>	<b>III. Previstos na proposta de reconversão</b>
6.12 - 2.ª Habitação			
6.13 N.º de equipamentos (incluindo os instalados ou a instalar em frações de terreno ou em frações autónomas de edifícios		0	
6.14 N.º de edifícios destinadas a outros usos para além dos referidos nos campos 6.10 a 6.13		0	
6.15 N.º de frações autónomas destinadas a outros usos para além dos referidos nos campos 6.10 a 6.13		2	
6.16 Área total de construção afeta aos usos das frações autónomas referidas no campo 6.15 [m <sup>2</sup> ]			
6.17 Área total de construção (para todos os usos) [m <sup>2</sup> ]			
C. Indicar as datas de:			
<b>6.18 "Planta do loteamento" original da AUGI</b>			
<b>6.19 Levantamento da situação existente</b>			
21/06/2018			
<b>6.20 Estudo de reconversão</b>			
D			

## 6.21 Tipificar quais os outros usos (se existirem) relacionados com os campos 6.05, 6.09, 6.14 e 6.17

Comércio/ serviços

E

Quantificar as demolições, tipificando a fundamentação pela qual são impostas pelo projeto de reconversão aprovado (operação de loteamento ou plano de pormenor de reconversão)

	Quantificar o n. <sup>º</sup> de frações de terreno/lotes por tipo de demolição	I. Não sujeitos a demolições	II. Demolições motivadas por usos não compatíveis	III. Demolições motivadas por adequação do edificado	IV. Demolições motivadas por adequação do edificado e alteração de uso	V. Demolições motivadas por não haver possibilidade de reconversão
6.22	Demolição total de Edificação principal					
6.23	Demolição total de Anexo					
6.24	Demolição total de todas as edificações da fração de terreno/lote					
6.25	Alteração parcial da Edificação principal					
6.26	Alteração parcial do Anexo					

	<b>Quantificar o n.º de frações de terreno/lotes por tipo de demolição</b>	<b>I. Não sujeitos a demolições</b>	<b>II. Demolições motivadas por usos não compatíveis</b>	<b>III. Demolições motivadas por adequação do edificado</b>	<b>IV. Demolições motivadas por adequação do edificado e alteração de uso</b>	<b>V. Demolições motivadas por não haver possibilidade de reconversão</b>
-	6.27 Alteração parcial de todas as edificações da parcela de terreno/lote					

7. Obras de urbanização

A. Compensações

**Na reconversão houve/haverá lugar à compensação prevista no n.º 4 do artigo 44.º do RJUE?**

7.1 Sim

**7.3 Montante da compensação**

0,00 €

**7.4 Área total das parcelas a ceder/cedidas**

0,00 ha

B. Situação das obras de urbanização à data da delimitação da AUGI

**Situação das obras de urbanização**

- Indicar a situação de cada um dos tipos de infraestruturas

**I. Não existentes**

**II. Existentes, mas carecendo de reforço**

**III. Existentes, não carecendo de reforço**

7.5	Arruamentos, passeios e estacionamentos	X
7.6	Distribuição de Água	X
7.7	Saneamento unitário	X
7.8	Saneamento separativo	X
7.9	Distribuição de energia elétrica	X
7.10	Telecomunicações	

C

**Situação atual das obras de urbanização - preencher quando foram preenchidas as colunas I e II do quadro 7B**

- Indicar a situação para cada um dos tipos de infraestruturas assinaladas nas colunas I e II do quadro 7-B (assinalar com x)

I. Não iniciadas

II. Iniciadas

III. Finalizadas

7.11	Arruamentos, passeios e estacionamentos	X
7.12	Distribuição de Água	X
7.13	Saneamento unitário	X
7.14	Saneamento separativo	X
7.15	Distribuição de energia elétrica	X
7.16	Telecomunicações	X

D

**Receção das obras de urbanização**

7.18 Não rececionadas

E

**Indique se a Assembleia Municipal aprovou ou não no regulamento valores e condições de pagamento especiais para as taxas decorrentes da operação de reconversão? (Artigo 49.º da Lei das AUGI)**

7.22 Sim

## Página 5

8. Comparticipação nos termos do artigo 56.º da lei das AUGI

Se o Estado e/ou o(s) município(s), mediante contrato de urbanização celebrado com a comissão, tenham comparticipado ou venham a comparticipar nos custos das obras de urbanização (em dinheiro ou em espécie: materiais, máquinas ,etc.), indicar a respetiva percentagem de comparticipação em relação ao montante total das obras de urbanização projetadas.

### 8.1 Do Estado

0,00 %

### 8.2 Do(s) município(s)

0,00 %

### 8.3 Justificação de casos em que tenha existido comparticipação do Estado ou do(s) município(s), mas que não seja possível aferir as percentagens

A execução de infraestruturas existentes foi realizada pelos proprietários, moradores, autarquias locais - Câmara Municipal e Junta de Freguesia - bem como pelas entidades concessionárias das redes de infraestruturas, sem contrato ou acordo com a Comissão de Administração Conjunta da AUGI, ao longo dos anos, não se sabendo os custos desses investimentos.

— 9. Comparticipação devida nos encargos com as infraestruturas

A

**Foi iniciada a comparticipação dos proprietários ou comproprietários nos encargos de infraestruturação?**

9.1 Sim

**A comparticipação foi iniciada aquando no momento da constituição da Comissão de Administração?**

9.3 Sim

**A comparticipação sofreu alterações durante o processo de reconversão?**

9.6 Não

**A comparticipação definida em função de:**

9.7 Valor fixo por Lote

B. Situação do pagamento das quotas de comparticipação nas obras de urbanização por parte dos comproprietários

**Liquidação das comparticipações vencidas de acordo com a programação do projeto de reconversão**

## Página 6

11. Administração conjunta dos prédios integrados na AUGI

A

**Foi formada Assembleia de proprietários e comproprietários**

11.1 Sim

B. Informação sobre a Assembleia de Proprietários ou Comproprietários

**11.3 Data da 1.<sup>a</sup> Assembleia**

27/12/2002

**11.4 Data da última reunião da Assembleia (até à atualidade)**

**11.5 N.º total de reuniões realizadas até ao momento**

— C. Informação sobre a Comissão de Administração

**11.6 Data da eleição da 1ª Comissão de Administração (ou administrador único)**

**A Comissão de Administração (ou administrador único) em exercício é remunerada(o)?**

**11.9 Data da eleição da Comissão de Administração em exercício**

**A anterior Comissão de Administração foi destituída nos termos do artigo 16.º da Lei das AUGI**

**11.12 Data de cessação da Comissão de Administração, quando aplicável (nos termos do artigo 17.º da Lei das AUGI)**

— 12. Outras Informações

— A. Indicar o número de proprietários/comproprietários de acordo com as seguintes grupos etários

**12.1 Idade inferior a 25 anos**

**12.2 Idade entre 26 e 65 anos**

**12.3 Idade entre 66 e 80 anos**

**12.4 Idade superior do que 81 anos**

— B. Indicar o número de membros da atual Comissão de Administração de acordo com as seguintes grupos etários

**12.5 Idade inferior a 25 anos**

**12.6 Idade entre 26 e 65 anos**

**12.7 Idade entre 66 e 80 anos**

**12.8 Idade superior do que 81 anos**

C

**12.9 Ponto de situação, até 30 de junho de 2016, da operação de reconversão da AUGI**

Aguardava a realização de ações de planeamento prévias à reconversão urbanística previstas no PDM em vigor - desenvolvimento da UOPG e PMOT.

**12.10 Resumo da programação do processo de reconversão**

Não existe programação do processo de reconversão pelo facto de não ter sido ainda iniciado, aguardando-se, nesta data, o desenvolvimento das ações de planeamento previstas no PDM e dos estudos geológico-geotécnicos.

**12.11 Dificuldades encontradas no processo de reconversão - Resumo (quando aplicável)**

Parte da AUGI inseria-se numa categoria de solo não compatível com a função habitacional, à data da delimitação da AUGI, tendo essa circunstância afetado a mobilização dos proprietários para a reconversão urbanística.

**12.12 Motivos principais do atraso na reconversão da AUGI (atraso em relação à programação) - Resumo (quando aplicável)**

A reconversão urbanística da AUGI, nos termos da Lei n.º 91/95 só terá lugar após a publicação de PMOT, uma vez que nos objetivos programáticos da UOPG onde se insere a AUGI está previsto que a intervenção em "espaço urbanizado residencial a reconverter" está sujeita a PMOT. A tipologia do PMOT ainda não se encontra definida, aguardando pelo desenvolvimento da UOPG. A necessidade de realização de estudos geológico-geotécnicos, prévias ao projeto de reconversão também impede uma evolução mais célere.

**12.13 Principais diferenças (quando existam) em relação a outras AUGI do mesmo município já reconvertidas, que**

**influenciam o relativo atraso na reconversão da presente AUGI:**

Presença de risco geológico-geotécnico. Necessidade de ações de planeamento prévias ao desenvolvimento do projeto de reconversão, contribuindo para a falta de mobilização dos proprietários.

## 13. Observações

**13.1 Resumir situações que influenciaram ou impediram a resposta nos quadros anteriores, fazendo sempre referência ao quadro e campo a que respeitam**

A Comissão de Administração Conjunta da AUGI não respondeu ao inquérito realizado pelo município para obtenção das informações relativas ao exercício da Administração Conjunta. O estado de desenvolvimento do projeto de reconversão também não permitiu a resposta a todos os campos do presente inquérito.

7.03 e 7.04. Até ao desenvolvimento do PMOT e do projeto de reconversão, não se sabem, efetivamente, estes dados.

Não existindo projeto de reconversão a resposta ao presente inquérito teve por base um inquérito ao edificado na AUGI realizado em 2016.

9.06. Na verdade, não se conhece esta informação.

## 14. Informações de submissão

**Estado**

Preenchido por Mafalda Sousa dos Santos em 18/02/2019 - 15:14

---

**URL de origem:** <http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/node/16/submission/399/375/ODIVELAS>

**Ligações**

- [1] <http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/node/16>
- [2] <http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/user/234>
- [3] [http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/webform/cova\\_da\\_pia.zip](http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/webform/cova_da_pia.zip)